

## Bolieiro e a perda de população

# “É preciso alterar as políticas da última década para fixar populações”

O Presidente do Governo dos Açores, José Manuel Bolieiro, afirmou que a quebra de 4,1% da população do arquipélago desde 2011 revela a importância de “alterar as políticas” da última década para “fixar populações” e “atrair” residentes.

“Importa alterar as políticas desta última década, no sentido de dar oportunidades de fixação de populações, empregabilidade e condições desde logo de mobilidade. A mobilidade, associada à educação, à acessibilidade, à saúde, à empregabilidade, são fundamentais para fixar populações e até atrair novos residentes”, afirmou Bolieiro.

O presidente do executivo açoriano, de coligação PSD/CDS-PP/PPM, falava aos jornalistas no palácio de Sant’Ana, sede da presidência, em Ponta Delgada, depois de uma reunião com o Chefe de Estado-Maior General das Forças Armadas, Silva Ribeiro.

Segundo os dados preliminares dos Censos 2021 revelados na quarta-feira, os Açores registaram uma quebra de população residente de 4,1% desde 2011, com o concelho da Madalena, na ilha do Pico, a ser o único a registar crescimento (4,7%).

Para Bolieiro, os números “confir-



*Coesão territorial e mobilidade são dois importantes factores para a fixação das populações*

mam uma crise demográfica no país e nos Açores”.

O social-democrata destacou que o Governo dos Açores já está a implementar medidas de “promoção da mobilidade” para combater a “crise demográfica” da região.

“O exemplo mais emblemático de imediatismo é desde logo a ideia da coesão territorial, através da mobilidade, que a tarifa Açores é bem repre-

sentativa. Só se ama o que se conhece”, apontou.

A tarifa Açores, que entrou em vigor a 1 de junho, foi uma das bandeiras da campanha eleitoral do PSD/Açores para as regionais de outubro de 2020 e permite aos residentes viajarem via área entre as ilhas açorianas por 60 euros.

Questionado pelas razões que justificam a quebra de população nos

últimos dez anos, Bolieiro disse não querer “fazer politiquice”: “não posso fazer politiquice porque não faz parte do meu caráter enquanto político”.

O Presidente do Governo Regional realçou a importância da “descentralização de poderes e recursos” para o poder local, de forma a “potenciar políticas que estimulem natalidade e fixação de populações”.

“O presidente do governo está preocupado com este evoluir demográfico? Está. O Governo Regional está preocupado com este evoluir demográfico? Está. Tem políticas públicas para contrariar esta evolução demográfica? Tem, algumas estão em prática, outras estão previstas”, declarou.

O arquipélago açoriano tinha 246.772 habitantes em 2011 e perdeu 10.115 no espaço de 10 anos, o equivalente a 4,1%, tendo agora 236.657 residentes.

A região foi a quarta no país a perder mais população, a seguir ao Alentejo (6,9%), Madeira (6,2%) e Centro (4,3%).

Os decréscimos mais acentuados de população registaram-se nos concelhos de Santa Cruz das Flores (11,7%), Nordeste, na ilha de São Miguel (11,4%) e no Corvo (10,2%), a mais pequena ilha dos Açores.

## Abertas as candidaturas ao APOIAR.PT para o segundo trimestre

As candidaturas ao APOIAR.PT Açores para o segundo trimestre de 2021 já estão abertas e foram alargadas a mais atividades, com apoios reforçados para empresários da ilha de São Miguel.

De acordo com a nota de imprensa enviada pelo Governo Regional, “este programa, em relação ao trimestre anterior, vê alargado o âmbito de atividades elegíveis, introduzindo condições exclusivas para os profissionais de informação turística e reforçando os apoios para as empresas com sede na ilha de São Miguel, sujeitas a medidas específicas de confinamento por razões de saúde pública”.

Esta nova modalidade dá também resposta às “solicitações do tecido empresarial regional, sendo removido o critério de elegibilidade relativo aos capitais próprios positivos a 31 de dezembro de 2019 para as micro e pequenas empresas, em linha com as alterações introduzidas no quadro regulatório europeu relativo aos auxílios de estado”.

Os apoios a fundo perdido são pagos “numa única tranche, correspondente a 20% das quebras da faturação das empresas beneficiárias, com o limite máximo de cinco mil euros para microempresas, 20 mil euros para pequenas empresas e 50 mil euros para médias empresas”.

“No caso de micro e pequenas empresas, especialmente afetadas pela pandemia, que registem quebras de faturação superiores a 50%, o montante do apoio é majorado, correspondendo a 40% da diminuição da faturação da empresa, com o limite máximo de 12 mil euros para microempresas e 48 mil euros para pequenas empresas”, esclarece o comunicado.

As empresas com sede em São Miguel serão ainda majoradas em 45% da diminuição da faturação.

O APOIAR.PT Açores é “acumulável com outros incentivos e apoios públicos, comparando-os favoravelmente, tanto ao nível de montantes, como de condições de elegibilidade, aos programas existentes a



nível nacional, com grande vantagem para as empresas regionais”, destaca o Governo Regional dos Açores.

As candidaturas devem ser apresentadas no portal eletrónico Balcão 2020.

Este programa de apoio à liquidez destina-se a micro, pequenas e médias empresas (PME) com sede nos Açores, que apresentem quebras de faturação na sequência dos impactos da pandemia da covid-19, é cofinanciada através do instrumento comunitário REACT-EU.

A 28 de junho, o secretário regional das Finanças, Planeamento e Administração Pública anunciou que a região iria receber 118 milhões de euros daquele programa comunitário.

Na altura, Joaquim Bastos e Silva referiu que, no âmbito do REACT-EU, “uma parte desta verba (40 ME) foi utilizada” no quadro da iniciativa regional Apoiar.PT.Açores, sendo que, “depois desta aprovação, vai ser feita a receção na região da parte já consumida”.